

O LEGADO DOS JOGOS OLÍMPICOS NAS CIDADES-SEDE: BARCELONA 1992, LONDRES 2012 E RIO DE JANEIRO 2016

Daniela Chiarello Fastofski^{a*}, Eduarda Masiero^a, Greice Keli Vezentini^a, Guilherme Dacas^a,
Karine FagherazziLazzari^a

a) FSG Centro Universitário

Informações de Submissão

*daniela.fastofski@fsg.edu.br
Rua Marechal Floriano, 1229 - Caxias do
Sul - RS - CEP: 95020-371

Palavras-chave:

Jogos Olímpicos. Cidades sede. Legado.

Resumo

Os Jogos Olímpicos reúnem milhares de pessoas dos mais diversos lugares do mundo pela paixão pelo esporte. Ainda que um país compita contra outro, este é um dos momentos de maior união entre pessoas e culturas distintas. Além disso, para o evento as cidades sedes se transformam em termos de infraestrutura, atraindo mais turistas e visitantes. Algumas aproveitam a oportunidade, enquanto outras não conseguem executar todas as propostas previstas junto ao projeto de legado. A partir desta questão o estudo propõe o comparativo entre os resultados pós-jogos em três cidades sede: Barcelona, Londres e Rio de Janeiro, verificando que a última ao contrário das primeiras não obteve êxito quanto ao legado esperado, especialmente em razão de má gestão financeira.

1 INTRODUÇÃO

A cada quatro anos atletas de diferentes nacionalidades se dirigem ao país sede dos Jogos Olímpicos para competir em diversas modalidades esportivas. Visto como um dos maiores eventos esportivos do mundo, os jogos buscam incentivo a competição, tendo por princípio a boa convivência entre as nações. A bandeira olímpica é composta por cinco anéis entrelaçados que simbolizam através de cores distintas cada continente.

A cidade se candidata a sede por inscrição ao Comitê Olímpico Internacional - COI, quando apresenta planos específicos a serem executados caso for selecionada. O Comitê primeiro avalia as propostas para então examinar a condição atual projetada para a cidade. Após votação dos membros, define-se de fato a sede.

Para embasar legalmente as propostas elaboradas para o caso das Olimpíadas no RJ foi usado o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Este estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do coletivo e do equilíbrio ambiental. A lei tem como propósito estabelecer diretrizes para nortear a evolução urbana e o uso e ocupação do solo, visando a maior sustentabilidade.

A população tem como dever participar ativamente das audiências públicas para debater projetos, planos e programas propostos pelo poder público; este último o de usar de maneira oportuna os recursos disponíveis em infraestrutura que atenda a todos, por padrões de consumo, produção e ações compatíveis com as premissas sustentáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A obra “Legados de Megaeventos Esportivos” integra um conjunto de ações da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer- SNDEL definidas para fomentar a produção e a difusão de experiências voltadas ao desenvolvimento do esporte no país. A partir das reflexões feitas no Seminário Internacional, esta esperava subsidiar os megaeventos esportivos com foco na gestão dos legados (RODRIGUES; MAGALHÃES PINTO, 2008).

Segundo Poyter (2008) a realização de uma Olimpíada ou outro evento de larga escala evidencia o exemplo de regeneração que originou centros de convenções, culturais, esportivos, parques temáticos e shoppings em cidades norte-americanas nos anos 70 e 80. A estratégia abrange novas formas de financiamento e renovação urbana e combina elementos de mudança política e reengenharia social com o objetivo de reduzir as tensões internas no âmago das cidades e seu potencial de inquietação social.

Em termos de legados sociais, os megaeventos esportivos, ao modificarem a estrutura da cidade, precisam beneficiar a toda a população. Ainda que o espetáculo “ao vivo” não tenha como expectador o indivíduo de menor poder econômico, esse pode ser beneficiado por ações que integram o evento (operários na construção e manutenção dos equipamentos esportivos e de infraestrutura, cidadãos que passam a usar um transporte coletivo de melhor qualidade, equipamentos públicos de esporte e lazer). Isso faz parte do capital simbólico do processo (RODRIGUES; MAGALHÃES PINTO, 2008).

O maior legado dos megaeventos esportivos talvez não seja o dos jogos em si. Há outros benefícios que podem se estender a todos. Esse desenvolvimento pode ter diferentes efeitos e requer, sobretudo, investimentos educativos com ganhos certos, mas efeitos nem sempre imediatos (RODRIGUES; MAGALHÃES PINTO, 2008).

3 METODOLOGIA

A pesquisa se baseou na realização de estudos através do método qualitativo, por instrumentos de pesquisa abertos, visando apontar fatores que causaram ou contribuíram para a ocorrência dos resultados obtidos ao longo do artigo. Com base neste método, se realizou pesquisas bibliográficas em livros, artigos e produções online, coletando-se os dados, registros históricos e fotográficos e demais fatores atuantes.

O objetivo do estudo é mostrar quais os resultados obtidos no RJ e fez-se pesquisa em Jogos Olímpicos já acontecidos para fins de comparação. Trata-se de uma linha de estudo que abrange desde o processo de candidatura das cidades até após a realização dos Jogos, de como estas se encontram atualmente, podendo-se averiguar os impactos gerados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Barcelona

Nos anos 80 se iniciou um projeto de reestruturação urbana em Barcelona, na Espanha. A iniciativa visava à modernização e internacionalização da cidade na cena mundial. Esse foi um critério decisivo para que em 1986 esta fosse escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 1992. Entre as operações de planejamento se promoveu um estudo para averiguar a melhor localização para a Vila Olímpica a ser projetada.

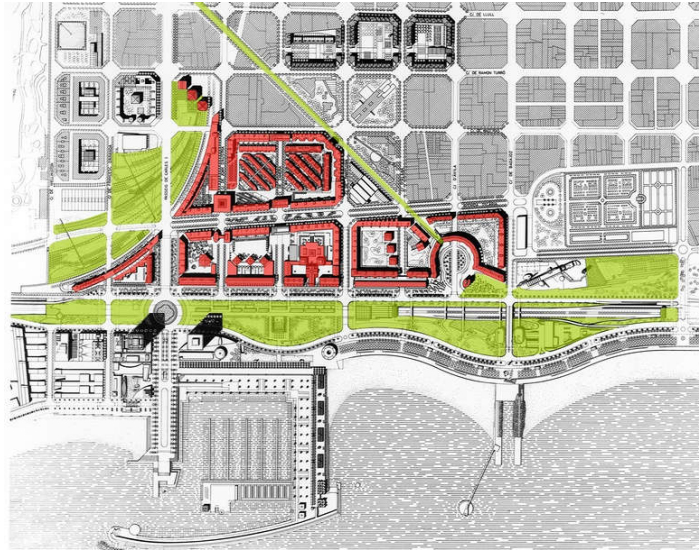


Imagem 01: Plano geral da Vila Olímpica de Barcelona.

Fonte: German Architects, 2018

Capel (2007) diz que a motivação em renovar as cidades da Espanha surgiu após a queda da ditadura do Regime Franquista e a criação da nova Constituição em 1978. Muitas cidades iniciaram projetos de remodelação de bairros e de construções existentes.

Em Barcelona se previu a reestruturação urbana em maior escala, incluindo açõessocioeconômicas, inserindo ao contexto histórico o modelo de cidade referido até hoje. Identificado que os recursos públicos eram insuficientes, surgiu o projeto olímpico através de parceria público-privada (MASCARENHAS, 2008).

Do lado do setor público, os principais parceiros da municipalidade eram a Comunidade Autônoma da Cataluña (governo regional), o Ministério de Obras Públicas (MOPU) e empresas públicas de transporte - Porto Autônomo e RENFE (rede ferroviária). Já as empresas de capital de risco total ou parcialmente sustentadas pelo setor público - tais como PROELSA e Barcelona Impuls- eram também implicadas nos projetos, mas de maneira secundária. Do lado do setor privado, os principais parceiros eram bancos espanhóis, empresas de construção e grupos internacionais do setor de serviços. (COMPANS, 2004, p.44).

O projeto da Vila Olímpica “fazia parte de uma grande operação integrada de iniciativa municipal, conhecida como *Remodelacióndel Frente Marítimo del Poble Noude Barcelona*” (COMPANS, 2004, p.47), que resultou na requalificação de uma área abandonada no norte da cidade, que já exercera função industrial e portuária. A partir desteforam instaladas quatro áreas olímpicas com estádio, três arenas, piscina, complexo de tênis e equipamento culturais - museus, teatro e auditório.



Imagem 02: Praia e construções da Vila Olímpica de Barcelona
Fonte: German Architects, 2018

O projeto previu ainda dois parques, duas mil residências para atletas, oito edifícios de escritório, hotel com 5.000 quartos, centro de convenções e centro comercial. Para estruturação da cidade se previu recuperar sua frente marítima, com 5km de praias e um porto olímpico, um anel rodoviário, transformações no aeroporto e melhorias de infraestrutura, transporte e telecomunicação (TRUNÕ, 2008).

A oportunidade dos Jogos permitiu aproveitar este evento para fazer um esforço de investimento que levaria a uma profunda modernização das infraestruturas; é, por outro lado, uma tradição que Barcelona já usara com as Exposições Universais de 1888 e Internacional de 1922. (CAPEL, 2004).

Tem-se Barcelona como um modelo de legado em razão de megaeventos. Truño (2008) realça dentro deste o incremento turístico e de atividades econômicas, a cooperação público-privada (60% pública e 40% privada) e a grande participação da cidadania local.



Imagem 03: Praia revitalizada na região do Poblenou, sendo utilizada atualmente.
Fonte: AIRBNB, 2018

Capel (2004) complementa que “alguns espaços se tornaram de uso e desfrute públicos, como a praia da Vila Olímpica, além do grande investimento na criação de praças e ruas como espaços abertos”. Aponta, porém, que hoje não se têm mantido os programas de preservação do patrimônio previstos no Plano. Entre as edificações que abrigavam atividades industriais na região do *Poblenou* o autor destaca a fábrica *Can Ricart*, com características neoclássicas, do arquiteto Josep Benadet. Da edificação, só se manteve o volume da chaminé.

4.2 Londres

Os Jogos Olímpicos de 2012 foram realizados em Londres. Escolhida como sede em 2005, a cidade precisou construir estádios, recuperar bairros e realizar obras de infraestrutura, como a expansão do metrô.

Usaram-se 33 instalações (15 existentes, 9 permanentes e 9 temporárias) - um elemento chave na contenção de gastos é o equilíbrio entre construção de instalações temporárias e de instalações permanentes. A University of East London (UEL) coube as pesquisas relativas ao “Efeito Olímpico”, que captam experiências passadas com vistas a identificar aspectos na determinação de impactos e projetos de regeneração.

A candidatura de Londres foi construída com uma visão Olímpica especial. A visão de uma Olimpíada que não representaria apenas uma celebração do esporte, mas uma força de regeneração. Os Jogos irão transformar uma das mais pobres e carentes áreas de Londres. Serão criados milhares de empregos e moradias; serão oferecidas novas oportunidades de negócios nas áreas diretamente envolvidas e em toda

Londres. Um dos argumentos que tornou a candidatura bem sucedida foi o fato de contemplar a juventude em dois importantes aspectos: encorajar os mais jovens a se manterem em forma e envolvidos em esportes e de se oferecerem como voluntários para a causa olímpica. (Jack Straw, Secretário do “Foreign and Common wealth Office”, 2005).

Sediar a Olimpíada tem seus impactos. Como efeito primário, a manifestação de pressões sobre planos existentes, gerando a aceleração de projetos de regeneração urbana e desenvolvimento social e em condições políticas, econômicas e sociais extremamente favoráveis. Assim o COI tem se preocupado com a combinação de recursos relacionados ao financiamento dos Jogos, sendo eles públicos e privados.

A realização dos Jogos em Londres abrangeu um programa de regeneração urbana, em especial em Newham, também envolvendo O Thames Gateway, uma área de 81 mil ha, contendo 3.800 espaços abertos e ociosos que antes abrigavam pátios ferroviários, indústrias e docas, tendo uma população de 3 milhões de habitantes.



Imagem 04: Área que receberá o Parque Olímpico de Londres, antes do início das obras, em 2005.
Fonte: Site Dailymail, 2018

Londres ofereceu 2,46 bilhões de dólares entre receitas e despesas. O COI e os patrocinadores contribuíram com 36%. Das receitas, 54% foram de origem de fornecedores e patrocinadores locais e venda de ingressos e taxas de licenciamento, totalizando 1,3 bilhões.

O Estádio Olímpico, o Centro Aquático e o Centro de Mídias foram orçados em 1.4 bilhões de dólares. Com isso, o comitê de Londres procurou reformular o sítio Olímpico, levando o aquático e de mídias mais próximo ao novo desenvolvimento urbano de Stratford. O plano ajudou a reduzir o investimento a 363 milhões. Em cinco anos de preparação foi estimada a geração de 37.500 empregos. No auge do projeto cerca de 8 mil pessoas atuaram no sítio Olímpico.

As Olimpíadas foram divididas em cinco etapas. Primeiro o realinhamento dos planos para ajuste ao orçamento e prazos de entrega. Na sequência o desafio foi a possibilidade de emprego nas construções, afetadas pela incapacidade profissional, sendo precisos programas para a população local para treinamento profissionalizante.

Em terceirose ofereceram oportunidades temporárias relativas a visitantes e ao turismo, gerando benefícios culturais, de lazer, em educação, saúde, voluntariado e desenvolvimento comunitário.

Por último volta-se para a habitação. O programa de regeneração ampliou as moradias em 9 mil unidades: 4.500 casas com custo viável e 4.500 para o mercado livre. Estas melhorias influenciam na qualidade e custo de vida de uma determinada área através do efeito Olímpico, além de modificar a dinâmica ao seu redor.

A área do sítio Olímpico se tornou uma área pública de lazer. O local só foi aberto ao público dois anos após o término dos jogos devido a adaptações feitas para receber a população. A entrada é gratuita, mas algumas atrações são pagas. O Centro Aquático é aberto ao público e parte das piscinas é de uso comunitário e também recebe atividades como aula de natação para crianças da região. O palco de handebol tem agenda de eventos esportivos e uma academia. O Estádio recebecompetições de atletismo e inclusive já foi alugado por uma equipe de futebol local.



Imagem 05: Parque Olímpico de Londres finalizado e pronto para receber os Jogos, em 2012.

Fonte:Site Dailymail

4.3 Rio de Janeiro

A cidade lançou sua candidatura à sede dos Jogos de 2016 em 2007. Em 2009 foi confirmada, se tornando a primeira sede na América do Sul. Entre as concorrentes era a com maiores chances de impulsãodo crescimento através dos jogos. As demais

tinham infraestrutura superior, mas o fator decisivo foi o incentivo de transformação que os Jogos trariam à população carioca.

“Atualmente, realizar megaeventos esportivos implica a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. Para conquistar o direito de se tornar provisoriamente o grande ‘centro midiático global’, as cidades se esmeram na construção de projetos fabulosos, com inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizados”. (MASCARENHAS, Londres 2012 e Rio e Janeiro 2016, p. 53).

A proposta instituiu grande relação entre os jogos e o legado que melhoraria a infraestrutura na cidade. Uma das ideias foi dividir o evento em 04 regiões (Barra, Copacabana, Maracanã e Deodoro) tendo-se a oportunidade de executar corredores de ônibus expressos que interligariam toda a cidade, tendo por herança a mobilidade.

A partir dos jogos se visava à melhora urbanística a partir da reabilitação de áreas degradadas (como a Região Portuária), da expansão das redes de saneamento e do combate a enchentes. Auxiliaram na redução das distâncias geográficas e sociais, integrando as distintas regiões da cidade.

Para coordenar o evento criou-se o Comitê Rio 2016. Envolveram-se cerca de 140 mil pessoas entre Comitê Organizador e contratados e voluntários. Segundo a Autoridade Pública Olímpica (APO) quando da candidatura se estimaram os custos em R\$ 28,8 bilhões. Hoje em valores atualizados se ultrapassou os R\$ 41,03 bilhões, custo este de obras inacabadas e por vezes inutilizáveis. O número é inferior aos R\$ 65,3 bilhões gastos em 2012 nas Olimpíadas de Londres, porém o legado é diferente.

Os Jogos aconteceram em agosto de 2016, com a abertura e o encerramento no Maracanã, completamente reformado. Participaram cerca de 10.700 atletas de 205 países e duas delegações especiais (Atletas Olímpicos Independentes e Refugiados).

As competições aconteceram em 37 arenas nas quatro regiões, que receberam diferentes modalidades. Foram usadas instalações desportivas existentes ou novas de caráter temporário, exclusivas ao evento, algumas usadas posteriormente.

Contudo, não é difícil perceber algumas mudanças que os Jogos causaram na vida de seus habitantes. A Prefeitura do Rio reconheceu que mais de 22.000 famílias foram despejadas. Um exemplo é a Vila Autódromo, comunidade vizinha ao Parque Olímpico, onde moradores foram relocados para abertura de ruas e estacionamentos. As remoções ocorreram também em razão de outros projetos, e em alguns casos não respeitaram os processos e trâmites legais.

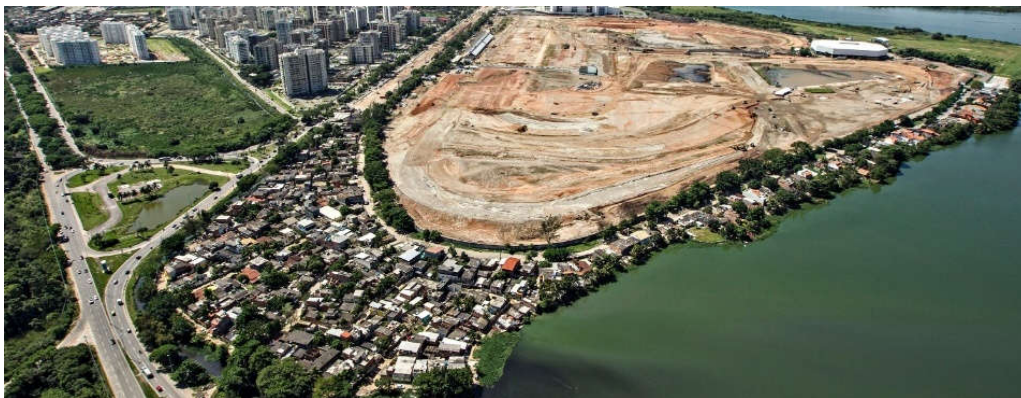


Imagem 06: Área que receberá o Parque Olímpico do Rio, em 2011.

Fonte: Site El País, 2018

O Parque Olímpico é uma das principais obras executadas para recebimento dos jogos. Composto por três pavilhões esportivos e mais de um milhão de metros quadrados, tem espaço para 36 mil pessoas. Abrigou 16 modalidades esportivas. Foram projetados também o Parque do Atletas, o complexo Esportivo de Deodoro e o Parque dos Atletas. O Sambódromo também passou por reformas recebendoprovas de tiro e maratonas.



Imagem 07: Parque Olímpico do Rio finalizado e pronto para receber os Jogos, em 2016.

Fonte: Site El País

Este foi um dos maiores eventos que o Brasil já recebeu. A preparação durou mais de oito anos. A mobilidade urbana melhorou a partir de novas linhas do metrô, corredores de ônibus e VLT. Já o Centro e a Zona portuária foram revitalizados - um exemplo é o bulevar, muito usado pelos cariocas e por visitantes. Os compromissos de legado firmados, porém, não foram todos cumpridos.

O aspecto que mais ficou na promessa foi o ambiental: dos nove projetos do Plano de Políticas Públicas somente as 17 eco barreiras executadas para limpeza

Bacia de Guanabara foram conservadas. A recuperação das lagoas da Barra da Tijuca e as obras de saneamento ficaram pela metade. Os eco barcos usados para remoção do lixo flutuante também não permaneceram, saindo totalmente de funcionamento.

O Parque Olímpico, que no evento recebeu mais de 150 mil pessoas por dia, hoje praticamente está inutilizado. A Arena do Futuro, que seria desmontada e se transformaria em quatro escolas, maior símbolo do legado, continua construída e sem uso. O Parque Radical de Deodoro, que deveria ter sido transformado em um local de recreação, permanece fechado.

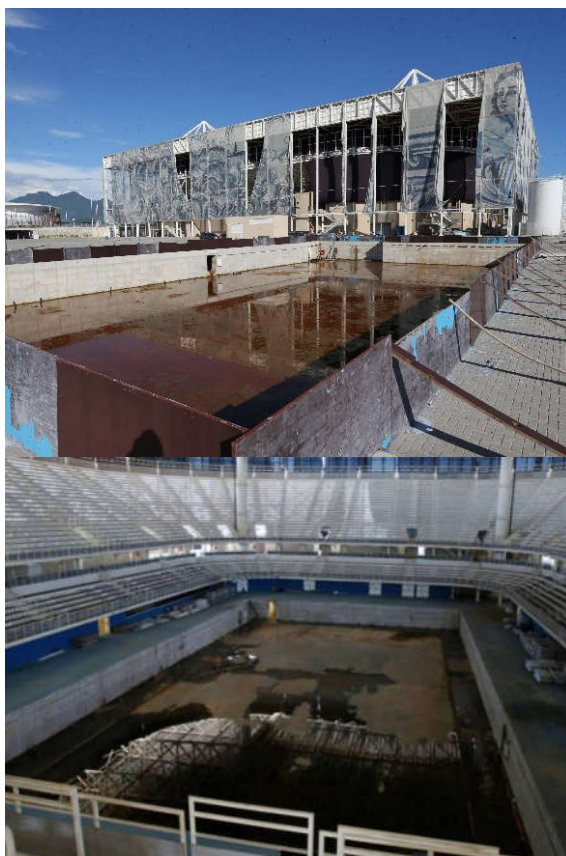


Imagem 08 e 09: Parque Olímpico, “legado” da Rio 2016, em 2017.
Fonte: Guilherme Pinto / Extra, 2017

A Vila dos Atletas, composta por 31 edifícios, está fechada, vendidas apenas 40% das unidades. Conforme a Odebrecht Imobiliária, responsável pela construção, foi pensada a comercialização em longo prazo. A Arena Carioca comportaria uma escola de esportes em turno integral, mas hoje é aberta apenas nos feriados e fins de semana. A ausência de verbas é considerada a responsável para o atendimento do proposto quanto ao legado.

4.4 Aplicação do Estatuto da Cidade nos Projetos do Rio de Janeiro em 2016

As obras para os jogos tomaram diretrizes contrárias ao instituído no Estatuto da Cidade. Observa-se que cerca de 170 mil pessoas tiveram seu direito à moradia ameaçado. Os processos decisórios não tiveram a participação da população, atitude que afetou diversos grupos sociais. Os recursos não foram bem aplicados, gerando desperdício nos cofres públicos. Houve desrespeito aos direitos ambientais e sociais.

Diante das diretrizes executadas, é evidente que estas beneficiaram somente quem detém interesses financeiros, ignorando carências e o bem-estar da população. Segundo o “Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa” (2011, não paginado):

Ainda que os vários segmentos da comunidade estejam representados na gestão da cidade, de modo a garantir o controle de suas atividades e o pleno exercício da democracia e da cidadania, garantido o acesso, a qualquer interessado, aos documentos e informações produzidos pelo poder público. (Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011, não paginado)

Além disso, o Estatuto da Cidade estabelece:

A participação pública, por outro lado, quando autêntica, é permeada pelo diálogo, interlocução e negociação: partes essenciais e complementares de processos democráticos e participativos. Para tanto, no campo da política urbana, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), que regulamenta a Constituição Federal quanto aos objetivos de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar de seus habitantes, estabelece um conjunto de instrumentos para a gestão democrática: órgãos colegiados representativos, debates, audiências públicas, consultas públicas e conferências. De maneira explícita, esta lei define a participação popular como requisito essencial para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas, projetos de desenvolvimento urbano, bem como para a aprovação de qualquer projeto, pela Câmara Municipal, sobre propostas que interfiram no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual (art. 2 e 44).

O evento gerou diversos efeitos negativos no âmbito social, principalmente sobre aqueles que tradicionalmente são oprimidos, como: migrantes, moradores de áreas irregulares ou em situação de vulnerabilidade, vendedores ambulantes e outros trabalhadores informais. Os despejos e remoções são atos que podem ser vistos no Brasil e em outros países sede de eventos.

Os grupos sociais afetados estão em áreas que foram valoradas e se tornaram cobiçadas pelo mercado imobiliário. Entretanto, existem contradições: melhorias nas condições de vida, proteção a riscos ambientais, favorecer a mobilidade urbana, são exemplos de falsos benefícios alegados às comunidades, com o objetivo de facilitar a remoção. Dessa forma, como pressuposto, o conceito de que os pobres, leigos, não possuem discernimento para saber o que é melhor para eles.

O “Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa” (2011, não paginado), se refere as seguintes controvérsias:

A realização das Olimpíadas em 2016 é a oportunidade de gerar investimentos que reduzam as desigualdades sociais, com a promoção de melhoria das condições de vida da população brasileira. Mas o que assistimos em nome da realização destes Megaeventos Esportivos é a violação de direitos humanos e sociais. Enquanto os governos, organizações internacionais (FIFA, COI) e empresas envolvidas na promoção dos eventos anunciam os possíveis benefícios, a experiência internacional das cidades e países onde já houve a realização de megaeventos demonstrou que os impactos gerados não significaram melhorias reais nas condições de vida e na ampliação dos direitos de toda a população, sobretudo das pessoas mais pobres e vulneráveis.

Os efeitos perversos são ampliados através da imposição do Poder Público e comitês promotores, de um verdadeiro “estado de exceção”, instituído especialmente no contexto dos jogos, que permite a exibição das leis e a suspensão de direitos antes e durante os jogos, ameaçando mecanismos de defesa, proteção social, garantia e promoção de direitos humanos (Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011, não paginado).

Não há modelos. O Brasil, em particular, não precisa deles, já que algumas iniciativas neste país se tornaram referências para outras cidades do mundo; como aqueles que se referem ao orçamento participativo ou aqueles que foram introduzidos no *Estatuto da Cidade*. (CAPEL, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após escolhida sede de 1992, Barcelona fez muitos projetos para proporcionar a renovação da cidade e receber um grande número de pessoas. Realizou os jogos em espaços com infraestrutura de excelência. Grande parte dos investimentos foi feita na melhoria de estradas, transporte público, habitações, meio ambiente e comércio. Todas foram pensadas visando à cidade pós-Jogos. Entre 1986 e 1993, Barcelona teve a maior transformação urbana da Europa.

Londres, sede de 2012, também teve muitas melhorias. O legado deixado é forte até hoje. Um dos grandes exemplos é Stratford, que antes das olimpíadas era uma região desfavorecida. Muitos investimentos foram feitos o que resultou em edificações novas e boa rede de transportes. Atraindo diversos turistas, ali se localizou um dos projetos mais caros, o Parque Olímpico Rainha Elizabeth. Foram descontaminadas grandes áreas e plantadas diversas árvores. O investimento fez com que um dos maiores shoppings da Europa fosse instalado no bairro.

Enquanto essas cidades foram exemplo quanto ao legado, o Rio de Janeiro não conseguiu concluir todas as propostas principalmente por falta de recursos, apresentando altos índices de corrupção. O legado mais importante foi a melhoria da infraestrutura de transportes. A revitalização da área portuária é fator positivo, mas diversos estudos vêm sendo feitos quanto a possível gentrificação na região. O Boulevard Olímpico dá sinais de abandono. A questão ambiental ficou muito abaixo das expectativas e a maior parte das propostas permaneceu no papel.

A despoluição da Baía de Guanabara foi envolvida em diversas polêmicas ao longo dos jogos e não houve o cumprimento da promessa de limpeza desta. Já o Parque Olímpico, um dos locais com mais projetos de legado, não teve sucesso devido a falta de verbas para as adaptações.

A partir da análise, pode-se concluir que ao contrário de Barcelona e Londres, que aplicaram os recursos de forma consciente e pensando no legado, o Rio gastou mais do que o previsto, com fortes índices de corrupção, e por consequência faltou recurso para as obras posteriores aos Jogos. Por isso o legado na cidade não funcionou não pela falta de projetos, mas pela má gestão financeira.

6 REFERÊNCIAS

ARBNB Barcelona. Disponível em:

<https://www.airbnb.com.br/locations/barcelona/la-vila-olimpica>. Acesso em: 19 de maio 2018.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

CAPEL, H. El debate sobre la construcción de la ciudad y el modelo Barcelona. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 11, n. 229-255, 2007.

COMPANS, R. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. In: EMURB. **Caminhos para o centro** - estratégias para desenvolvimento da região central da São Paulo. PMSP, São Paulo, 2004.

Comitês Populares da Copa. 2011. Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. 2011.

GERMAN ARCHITECTS. Olympic Village, Port and Litoral Park. Disponível em: <https://www.german-architects.com/es/mbm-arquitectes-barcelona/project/olympic-village-port-and-litoral-park>. Acesso em: 19 maio 2018.

MASCARENHAS, G. Barcelona–1992: um modelo em questão. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; DACOSTA, L. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p.189-193.

MASCARENHAS, G. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: conceito e realidade na produção da Cidade Olímpica. **Revista Continentes**, ano2, v. 2, 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES. Dossiê **O que está em jogo nesses jogos?** Olimpíadas de 2016. IPPUR. Rio de Janeiro, 2016.

POYNTER, G. Regeneração Urbana e Legado Olímpico de Londres 2012. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; DACOSTA, L. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 121-152.

PREUSS, H. Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. In: RODRIGUES, R. P.; PINTO, L. M. M.; TERRA, R.; DACOSTA, L. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p.79-90.

TRUÑO, E. Estruturação de Megaeventos e Regeneração Urbana: Barcelona 1992 e Torino 2006. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 167-173.